



Universidade Federal Fluminense
Unidade de Volta Redonda
Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
Coordenação do Curso de Administração Pública

56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE VOLTA REDONDA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano 2020, às quatorze horas, ocorreu por videoconferência pelo *google meet*, a quinquagésima sexta Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração Pública modalidade a distância. Participaram da reunião os seguintes membros do colegiado listados em ordem alfabética: Ana Paula Poll, Clemente Gonzaga Leite, Érika Burkowvski, Gil Bracarense Leite, Júlio Candido de Meirelles Junior, Sabrina de Oliveira Moura Dias, Thais Soares Kronemberger, Thiago Constância Ribeiro Pereira e o representante discente Dieverson Silva de Souza. Ausências justificadas: Josycler Aparecida Arana Santos, Luiz Henrique Abegão e Patrícia Silva Cardoso. A coordenadora do curso, professora Thais, iniciou os trabalhos agradecendo a participação e citando a pauta da reunião: 1) informes; 2) aprovação da Ata 55ª Reunião do Colegiado do Bacharelado em Administração Pública Semipresencial; 3) Reforma Curricular – Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Administração Pública modalidade a distância – PNAP; 4) Quebra de pré-requisito das disciplinas de Seminários III e IV – Trabalho de Conclusão de Curso; 5) Consulta sobre provas online ou presencial para 2021; 6) assuntos gerais. A professora Thais inicia a reunião informando que acontecerá do dia primeiro ao dia três de dezembro, um webinar em comemoração aos dez anos dos cursos de graduação em Administração Pública nas modalidades presencial e semipresencial, além dos dez anos do Programa de Educação Tutorial (PET) Gestão Social. Dando sequência, a professora Thais solicita a aprovação da ata da quinquagésima quinta reunião com dispensa de leitura. Ata aprovada. O próximo item da pauta trata da Reforma Curricular – Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Administração Pública modalidade a distância – PNAP. A professora informa que foram realizadas reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para elaboração e adequação do novo PPC. Explica ainda, que desde o início, em 2010, o curso de Bacharelado Administração Pública à distância é integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e até então, o PPC do curso de Bacharelado em Administração Pública à distância está de acordo com a Diretriz Curricular Nacional (DCN) do curso de Bacharelado em Administração de 2015. Diz que em 2014 foi publicada uma DCN específica para os cursos de Bacharelado em Administração Pública e, em 2018, uma consulta pública foi feita pela coordenação do PNAP às coordenações de cursos dos Bacharelados em Administração Pública para a reformulação do PPC. A professora menciona também que uma comissão de reforma curricular foi constituída para a atualização do PPC. Destaca ainda, que somente no segundo semestre de 2020, a coordenação de curso recebeu um modelo de Projeto Pedagógico pelo PNAP para preenchimento e adequação segundo as especificidades do curso. Dando continuidade, a



Universidade Federal Fluminense
Unidade de Volta Redonda
Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
Coordenação do Curso de Administração Pública

professora Thais apresenta o novo PPC ao colegiado de curso. Como primeiro ponto menciona a previsão de início das atividades somente quando um novo edital da UAB/CAPES for publicado para novas ofertas de Cursos de Bacharelado em Administração Pública na modalidade à distância. Menciona o número de estudantes inscritos no curso, 3.257 matriculados, distribuídos em oito Polos de apoio presencial, o que distingue o curso das demais universidades integrantes do PNAP. A professora explica que o número significativo de matrículas ativas exige um planejamento por parte da coordenação de curso quanto à migração dos estudantes para a nova grade curricular. A professora Thais diz ainda, que a duração do curso no novo PPC permanece a mesma, sendo, o mínimo de oito semestres e o máximo de 12 semestres para integralização curricular. Outro ponto apresentado é a oferta anual do número de vagas. Sobre isso, a professora Thais diz que houve uma diminuição significativa no número de vagas ofertadas para o próximo ano. Explica que para 2021 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) aprovou o total de 384 vagas distribuídas em 48 vagas por Polo. Dando continuidade, a professora discorre sobre as diretrizes do PPC que traz os fundamentos para formação do administrador público, componentes estruturais do curso, conteúdos disciplinares integrados, atividades acadêmicas previstas para melhor formação do discente, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Este último, no novo PPC, passa a ser composto por duas disciplinas sendo cada uma delas constituída por sessenta horas. A professora Thais apontou que com a redução do número de estudantes torna-se importante uma maior aproximação entre estudante e corpo docente no desenvolvimento do trabalho final de curso. Dando seguimento foram apresentados os objetivos, princípios, missão, perfil do egresso, estrutura curricular. A carga horária total da estrutura curricular também permanece a mesma, com 3.120, distribuídas em cento e vinte horas de carga horária para atividades complementares e três mil horas divididas entre disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas e estágio supervisionado. Quanto às disciplinas obrigatórias, a professora Thais explica que são totalizadas em 2.850 horas sendo o estágio curricular integralizado em três disciplinas de sessenta horas cada uma tendo, ao total, cento e oitenta horas. A professora Thais expõe a nova matriz curricular e as mudanças sugeridas pelo NDE. Destaca as principais abordagens na matriz e explica que o NDE propôs como conteúdo para as disciplinas de temas contemporâneos: Cultura Política Brasileira, Desenvolvimento Local e Regional e Instituições de Sistemas Político Brasileiro. Quanto às disciplinas eletivas, a professora Thais diz que o NDE indicou o conteúdo em Políticas Públicas e Planejamento do Território e Tecnologia Social. A professora Thais explica ainda que as disciplinas eletivas não precisam ser definidas neste momento. Destacou que em Estágio Supervisionado haverá continuidade da Residência em Gestão Pública. Outro ponto mencionado são as formas de avaliação pelo Consórcio Cederj com as ADs e as APs em 20% e 80%, respectivamente. Dando continuidade, o próximo item de destaque é o sistema de tutoria e as ferramentas para auxiliar o discente no processo de aprendizagem. Finalizada a apresentação do PPC, a professora Thais passa a palavra aos membros do colegiado. O discente Dieverson diz que a redução do número de vagas é preocupante, mas que será importante para melhorar a aproximação entre o estudante e



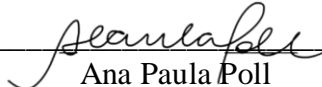
Universidade Federal Fluminense
Unidade de Volta Redonda
Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
Coordenação do Curso de Administração Pública

o professor. O estudante pergunta a respeito da Residência em Gestão Pública em Estágio Supervisionado se será em caráter obrigatório ou facultativo. A professora Thais diz que ainda deverá ser discutido o processo de operacionalização da Residência nas três disciplinas de estágio na nova grade curricular, mas ressalta a importância da atividade para o cumprimento de parte da carga horária de extensão considerada obrigatória a partir do segundo semestre do próximo ano. O professor Thiago pergunta se houve mudança na disciplina de psicologia no novo PPC. A professora Thais responde que não. Dando continuidade, a professora Thais pergunta se todos os membros estão de acordo com o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Bacharelado em Administração Pública modalidade à distância pelo PNAP. PPC aprovado por todos os membros do colegiado. A professora Thais informa que o documento seguirá para apresentação e aprovação na plenária departamental e sendo aprovado será enviado à Prograd para encaminhamento ao CEPEX. Dando continuidade a pauta, a professora Thais discorre sobre a quebra de pré-requisito das disciplinas de Seminários de TCC III e IV – Trabalho de Conclusão de Curso - nas linhas de formação específicas. Apresenta um levantamento enquanto a quebra de pré-requisito estava vigente, do primeiro semestre de 2017 até o primeiro semestre de 2019. Duzentos e setenta e sete estudantes nesse período se inscreverem simultaneamente nas disciplinas Seminários de TCC III e IV. A professora explica ainda, que desse total de estudantes, cento e quatro foram aprovados, cento e sessenta e cinco reprovados e oito solicitaram o trancamento. Daqueles estudantes aprovados, após análise em histórico escolar, a maior parte alcança a aprovação por se inscreverem somente nas disciplinas de Seminários III e IV e até duas disciplinas. Segundo a análise, os estudantes que solicitaram inscrição simultânea e se inscreverem também em mais de duas disciplinas não alcançaram aproveitamento escolar. Após a apresentação desse diagnóstico, a professora Thais apresenta as regras propostas pela coordenação de curso em conjunto com a coordenação de TCC: a quebra de requisito será concedida somente aos estudantes em situação de provável formando; a concomitância nas disciplinas de TCC será unicamente para as disciplinas de Seminários III e IV nas linhas de formação específicas; será concedida a quebra de requisito ao estudante que faltar integralizar as disciplinas Seminários III e IV e até duas disciplinas da matriz curricular do curso; caso o trabalho final esteja sendo desenvolvido em dupla ou grupo, todos os integrantes deverão se enquadrar nas regras anteriormente mencionadas. Apresentadas as regras, a professora Thais pergunta se algum dos membros presentes gostaria de fazer algum apontamento sobre o assunto. O estudante Dieverson diz que é importante deixar a solicitação de quebra de pré requisito para Seminários III e IV como alternativa ao estudante. A professora Thais explica que sim; será opcional ao discente à escolha em cursar de forma simultânea tais disciplinas desde que atenda a todas as regras. Como mais nenhum dos membros presentes realizou apontamentos, a professora Thais encaminha para aprovação as regras de quebra de pré-requisito para as disciplinas Seminários III e IV nas linhas de formação específicas do curso. Regras aprovadas por todos os membros do colegiado. O próximo item de pauta refere-se à consulta sobre provas online ou presencial para 2021. A professora Thais diz que a Diretoria

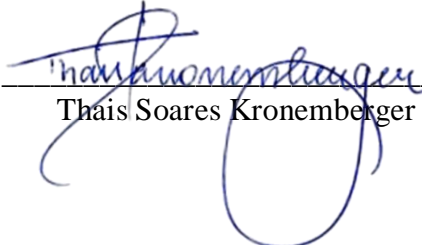


Universidade Federal Fluminense
Unidade de Volta Redonda
Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
Coordenação do Curso de Administração Pública

Acadêmica do Consórcio Cederj tendo por finalidade o planejamento de ações encaminhou às coordenações de curso e aos coordenadores de disciplina uma consulta a respeito do formato de aplicação de provas: presencial ou a continuidade pelo formato online. A coordenação de curso entende que enquanto durarem as condições sanitárias exigidas para o enfrentamento da Covid-19, as provas mantêm-se no modelo online com regras definidas pelo Consórcio Cederj. Contudo, com o retorno das condições de segurança sanitária, as provas serão aplicadas presencialmente nos Polos. A professora menciona que a aplicação das provas presenciais é um componente curricular obrigatório nos cursos na modalidade a distância. Diz também sobre os problemas de fraudes nas avaliações no formato online e as médias elevadas nas disciplinas do curso. A professora Thais pergunta se todos os membros concordam com o entendimento da coordenação de curso. Todos de acordo. Quanto aos assuntos gerais, a professora Thais pergunta se algum dos membros presentes gostaria de dizer algo mais e, como nada foi acrescentado, agradece a presença de todos e encerra a reunião às quinze e dez minutos horas. Eu, Ana Paula Poll, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os membros do colegiado presentes na reunião.



Ana Paula Poll



Thais Soares Kronemberger